

☐ REQUERIMENTO Número /XIII (.ª)

☒ PERGUNTA Número /XIII (.ª)

Assunto: Decisão do Provedor de Justiça sobre o processo de descongelamento da carreira de enfermagem

Destinatário: Ministério da Saúde

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Bloco de Esquerda tem alertado, ao longo dos últimos anos, para o facto de não se estar a aplicar o correto descongelamento e progressão de carreira aos enfermeiros com Contrato Individual de Trabalho e não se estar a contabilizar corretamente o tempo de serviço aos enfermeiros em Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

Já o Orçamento do Estado para 2018 estabelecia o descongelamento das carreiras e as respetivas valorizações remuneratórias, sendo esta norma aplicável também aos enfermeiros em Contrato Individual de Trabalho. O Bloco de Esquerda tem defendido que os enfermeiros devem ter um tratamento justo por parte do Governo. Defendemos que o tempo de serviço deve ser contado e relevado para o posicionamento remuneratório e que não pode haver diferença de tratamento entre CTFP e CIT.

Já em sede de especialidade do Orçamento do Estado para 2019, havíamos proposto uma alteração que clarificaria e resolveria o assunto, mas esta foi chumbada com votos contra do PS e abstenção do PSD, CDS-PP e PCP.

Desde então temos endereçado várias perguntas ao Governo, muitas delas sem qualquer resposta, expondo situações de perfeita injustiça em inúmeras instituições do SNS, seja pela incorreta contabilização do tempo de serviço, seja pela diferença de tratamento baseada no vínculo laboral dos trabalhadores. Estas situações deveriam ficar corrigidas com uma revisão da carreira, mas o Governo anterior do PS não preferiu não o fazer com a publicação do Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio.

Tendo em consideração o percurso feito até aqui, e uma vez que o Governo continua a não querer efetivar a contagem total do tempo de serviço e continua a colocar obstáculos na progressão de carreira, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve conhecimento, através de informações que nos fizeram chegar, de que, na sequência do processo de descongelamento da carreira de enfermagem, o Provedor de Justiça, através de ofício, decidiu a favor dos Enfermeiros com regime CIT.

No documento é possível ler, no ponto 6, que: “A desconsideração do trabalho prestado até 2018 para efeitos de alteração obrigatória de posicionamento remuneratório resulta numa efetiva penalização dos enfermeiros em



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

regime de CIT”.

Ainda no ponto 7, o Provedor-Adjunto, acrescenta que: “Não obstante, e sob pena de uma infundada diferenciação negativa, afigura-se que estes trabalhadores não devem ficar privados de ver o seu desempenho até 2018 relevar para a alteração do seu posicionamento remuneratório, à semelhança do que sucede com o colegas com vínculo de emprego público”.

Ora, perante isto, e perante o reconhecimento da justiça das reivindicações destes profissionais, o Bloco de Esquerda entende que é da maior importância que o Governo respeite o parecer do Provedor de Justiça e proceda, como aliás o Bloco tem defendido ao longo destes últimos anos, à correta contagem do tempo de serviço e que este seja relevado para o posicionamento remuneratório, não podendo haver diferença de tratamento entre CTFP e CIT.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Vai, ou não, o Governo respeitar a decisão do Provedor de Justiça, e proceder à correta contagem do tempo de serviço e garantir que não existem diferenças entre vínculos laborais?
2. Tem a tutela previsão de quando irá proceder às correções necessárias?

Palácio de São Bento, 17 de fevereiro de 2021.

O deputado
Moisés Ferreira